

# Mais força à CDU

**Em defesa do carácter público dos sectores estratégicos,  
pela valorização do trabalho e dos trabalhadores**

## Aos trabalhadores da PT/MEO/ALTICE

Nestes 4 anos de Governo minoritário do PS, com a iniciativa do PCP e da CDU e a luta dos trabalhadores e das populações, foi possível reverter algumas das medidas mais gravosas impostas no tempo das troikas e conquistar alguns avanços que valorizamos. Alguns exemplos mais significativos para os trabalhadores do sector foram a redução do saque fiscal, a devolução dos feriados roubados e o alargamento do passe social intermodal com redução tarifária.

Mas os compromissos de sempre do PS com o processo de liberalização e privatização não desapareceu, antes esteve sempre presentes. Se foi possível, pela dimensão da luta realizada, alterar o código de trabalho e acabar com a golpaça das falsas transmissões de estabelecimento, já não foi possível retomar o controlo público sobre a PT, ou conseguir o fim de um modelo assente na prestação de serviços e na precariedade real (muitas vezes uma precariedade que inclui um

contrato de trabalho efectivo num posto de trabalho precário).

Aliás, no que diz respeito às questões laborais, imperou na Assembleia da República uma união PS/PSD/CDS, que chumbaram a maioria das iniciativas do PCP e da CDU de melhoria da legislação laboral: chumbaram as propostas para o trabalho por turnos e nocturno; chumbaram as propostas de reequilíbrio da contratação colectiva; chumbaram a reposição dos valores do trabalho extraordinário, do trabalho nocturno; chumbaram as propostas de combate à precariedade; e juntos ainda aprovaram o alargamento e flexibilização dos contratos de muito curta duração, e a taxa de legalização da precariedade.

Com a CDU, avançar mais em vez de andar para trás! É preciso andar para a frente, enfrentar os interesses dos capitalistas e sobrepor-lhes o interesse nacional. Ora são evidentes os riscos de se andar para trás, nomeadamente através de uma situação política onde um governo PS se encontre de mãos mais livres. **Só o voto na CDU no próximo dia 6 de Outubro contribui para consolidar os avanços conseguidos e simultaneamente contribui para que se ande para a frente e não para trás.**

Nos últimos anos temos assistido na PT/MEO à repetição de episódios em que é patente a vontade da Altice, em dismantelar a PT para a vender. No início, foi a tentativa derrotada de «transmissão de estabelecimento». Agora, tentam a «cedência ocasional» a título definitivo de trabalhadores da DOI, para a MEO-Serviços Técnicos, e já se fala de outras direcções da área técnica. Estes processos visam o despedimento massivo de trabalhadores, e se no primeiro caso os trabalhadores conseguiram derrotar essa intenção, no segundo, há a necessidade de partir para a luta, e de a intensificar.

Noutro plano, a Altice já anexou num passado recente, o polo de Investigação & Desenvolvimento da PT/MEO (PT Labs, agora Altice Labs), e avançam sobre a PT|ACS, que neste momento já é a Altice Cuidados de Saúde. Nota-se bem a voracidade da Altice para os setores onde

adivinham a possibilidade de gerarem negócios bastante lucrativos a partir da PT. Da mesma forma, a venda de património estratégico para acumular capital e melhorar resultados no curto prazo é uma preocupante tendência.

A falta de respeito pelas condições de vida dos trabalhadores e pelos seus direitos, tem sido uma constante e reflete-se na dificuldade em negociar um Acordo de Empresa justo e na proliferação de prestadores.

A ação do PCP e da CDU, nomeadamente na Assembleia da República, deram importantes contributos à luta contra as falsas transmissões e a todas as lutas dos trabalhadores da PT. Depende agora dos trabalhadores a CDU ficar com melhores condições para intervir, ficar com mais força para defender os direitos de quem trabalha.

**Avançar  
é preciso!**

PCP-PEV



# Avançar é preciso!

O processo de liberalização das Telecomunicações e de privatização da PT, conduzido por PS/PSD/CDS, prejudicou os trabalhadores, os utentes e a economia nacional. A ganhar ficaram apenas os do costume: **os que venderam o que não era seu, e os que fizeram seu o que era de todos e a todos deve servir.**

Consequência desse processo, o sector está cada vez menos orientado para servir os interesses nacionais, e cada vez mais opções estratégicas são tomadas tendo em conta os interesses dos accionistas (esmagadoramente estrangeiros) e não as necessidades nacionais..

A criação de emprego de qualidade é, em si mesma, uma questão estratégica para o desenvolvimento nacional. Mas nas Telecomunicações seguiu-se o caminho inverso: Apesar do crescimento do sector, fruto de um brutal desenvolvimento tecnológico, trabalham hoje nas telecomunicações mais de cem mil trabalhadores. No entanto, os empregos estáveis e bem remunerados são menos que os que existiam há 20 anos, no tempo da PT pública, com a esmagadora maioria a trabalhar com menos direitos, menos estabilidade e menos remuneração, face à pulverização de entidades patronais, locais de trabalho e regimes.

**É cada vez mais importante dar força à única força política com a vontade, a coragem e o projecto de colocar a soberania nacional e os interesses dos trabalhadores à frente dos interesses dos grandes grupos económicos e das multinacionais: a CDU!**



## Do Programa Eleitoral da CDU

«Impedir «rendas/lucros de monopólio»

O processo de privatização e liberalização de sectores estratégicos produtores de bens e serviços essenciais à economia e à sociedade levou à criação de verdadeiros monopólios que, tirando partido de posições dominantes, obtêm superlucros, prejudicam a competitividade nacional e põe em causa a sobrevivência de muitas pequenas e médias empresas, a par do agravamento do custo de vida das famílias portuguesas. É nomeadamente o caso da energia eléctrica, dos combustíveis fósseis, das telecomunicações, da banca e dos seguros, da grande distribuição, das principais indústrias da fileira da madeira e de outros factores de produção.

Até que o Estado reassuma o seu controlo público, o PCP defende que através das entidades reguladoras, nomeadamente da Autoridade da Concorrência, e outras estruturas do Estado, seja feito um levantamento exaustivo dessas situações no sentido de: ajustar preços de bens e serviços; devolver rendas excessivas apuradas; regularizar e regular as relações contratuais com as MPME à margem das leis. »

«Nas telecomunicações:

- A reconstrução de um forte sector público, universal e de qualidade, com a recuperação do controlo público das telecomunicações, comunicações, serviço postal e respectivas infraestruturas.
- A fiabilidade e segurança dos serviços, investigação e desenvolvimento tecnológicos nas várias plataformas e realizar os investimentos de carácter funcional e tecnológico necessários.
- Reconstituição da rede pública postal, a partir da recuperação da propriedade pública dos CTT, com a reabertura de estações dos correios e centros de distribuição em todo o território.
- A melhoria dos padrões de qualidade exigidos nos serviços de comunicações postais e comunicações electrónicas.»

